

## A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE NEGRA RURAL DE COLÔNIA DO PAIOL NO MUNICÍPIO DE BIAS FORTES – MG, entraves e perspectivas

Ágata Liz Mazine Cardozo<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante muito tempo a alimentação escolar foi ignorada pelo governo brasileiro e seus órgãos públicos. Muitos avanços foram feitos e a alimentação escolar hoje é um direito, sendo vista como complemento necessário a dieta dos alunos. No entanto, no que tange a alimentação das escolas quilombolas, o alcance deste padrão de qualidade tem sido prejudicado por questões burocráticas, dificuldade no acesso às comunidades remanescentes de quilombos, entre outros problemas, o que tem prolongado a espera por uma alimentação digna e condizente com os costumes deste povo, como o trabalho demonstrará através da observação participante na Comunidade Negra Rural de Colônia do Paiol, em Mina Gerais.

**Palavras chave:** Merenda, Quilombo, PNAE

### Introdução

O debate em torno da alimentação escolar quilombola é assunto recente na História brasileira, visto que o direito à merenda adequada às necessidades e especificidades regionais, de maneira geral, também é algo relativamente novo, havendo muitas questões a serem debatidas a respeito. Muitas também são as lacunas a serem preenchidas, pois ao mesmo tempo em que a legislação privilegia as comunidades remanescentes de quilombos no ato de adquirir gêneros alimentícios para suas escolas, ela também retarda a demarcação das terras, o que dificulta todo o processo de construção da segurança alimentar dos quilombolas.

Estas constatações tem relação direta com a história do povo negro no Brasil e a forma como se deu a conquista do direito a alimentação escolar no país. Portanto, esta pesquisa, ao correlacionar os assuntos citados, não pretende elucidar todas as questões a respeito desta compilação, mas problematizar as disparidades entre o direito e o acesso a segurança alimentar nas escolas quilombolas a partir da observação participante na Comunidade Negra Rural de Colônia do Paiol – MG, tendo por base o histórico da

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora, [amazine@prof.educacao.rj.gov.br](mailto:amazine@prof.educacao.rj.gov.br)

alimentação escolar brasileira até o atual PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, enquanto política pública.

A alimentação escolar brasileira que começou como mero assistencialismo, hoje é um direito constitucional, inclusive com políticas voltadas para especialmente para as comunidades quilombolas. Porém a burocratização do sistema e a concentração de terras no país impedem a concretização plena dos programas estabelecidos.

Com isto, o presente trabalho remonta a fixação dos quilombolas no município de Bias Fortes, através da doação de terras em 1891 pelo Fazendeiro José Ribeiro Nunes aos seus nove escravos. Logo não se trata de um conjunto de escravos fugidos, como consta na definição de “quilombo” o Conselho Ultramarino em 1740 : “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se ache pilões neles” (SCHIMITT et al., 2002). Desse modo, se faz necessária uma reflexão além das definições superficiais do que seria a territorialidade quilombola. Somente com a superação do modelo construído pelo senso comum, e reproduzido inclusive em nossas escolas e na academia, poderemos compreender a luta do povo negro no Brasil.

Sobre a citada Colônia do Paiol, os relatos recolhidos e apresentados por Djalma Antônio da Silva na tese “O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano” demonstram que a alimentação na comunidade sempre foi insuficiente. As terras eram cultivadas, mas nunca foram suficientes. Aqueles que possuíam trabalho assalariado nas fazendas vizinhas recebiam baixos salários, o que estava diretamente ligado à fraca dieta dos quilombolas. Soma-se a isso o fato de que a ausência de um estabelecimento de ensino relegou gerações ao analfabetismo e aos baixos salários.

A Escola Municipal Prefeito Joaquim Ribeiro de Paula foi criada na Colônia do Paiol na década de 1970. Atualmente mudanças positivas vêm ocorrendo na estrutura e na merenda escolar, como veremos adiante, mas ainda são muitos os desafios, como a demarcação das terras, a melhoria nos índices de desenvolvimento, e o acesso pleno ao PNAE.

Vale destacar que os dados empíricos foram obtidos em reuniões entre os professores e a comunidade (representada pela associação de moradores) e através da interação informal e de entrevistas semi estruturadas com os moradores, professores e alunos.

### **PNAE: do assistencialismo ao direito**

Durante muito tempo a alimentação escolar foi ignorada pelo governo brasileiro e seus órgãos públicos. As primeiras iniciativas a respeito do tema possuíam caráter assistencialista, eram favores concedidos, ora pelo governo, ora por ONGs. Desde então, muitos avanços foram feitos e a alimentação escolar hoje é um direito, sendo vista como complemento necessário a dieta dos alunos.

Essa evolução foi assim descrita no em trabalho publicado por Ana Lúcia de Paula Ribeiro (2013, pág. 36) na edição n.1ª da Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto:

As primeiras iniciativas da alimentação escolar no País datam da década de 1930, quando alguns estados e municípios mais ricos passaram a responsabilizar-se pelo fornecimento da alimentação em sua rede de ensino. A preocupação era com a desnutrição infantil, resultado de uma somatória de fatores fisiológicos (desnutrição de grávidas, lactantes e crianças) e sociais (qualidade de vida das famílias) e econômicos (relacionados à renda e acesso aos alimentos). Sob essa ótica, e como medidas intervencionistas, surgem políticas de suplementação alimentar materno-infantil, entre elas a alimentação escolar. Entretanto, somente no início de 1950, se começa a pensar na alimentação escolar como um programa público de forma singular. A partir das primeiras linhas de orientação com as ações beneficentes e voluntárias das Caixas Escolares na primeira metade do século XIX, foi criado, em 1954, o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentação 3 (CNA), que agia autonomamente desde o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) em 1953, até vincular-se ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1955. (RIBEIRO, 2013, pág. 36)

Foi através da criação do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - em 1955 que tal mudança aconteceu. Inicialmente houve o apoio do Fundo Internacional de Socorro a Infância – FISI (atual Unicef). Diversos foram os programas de ajuda americana financiados pela USAID (United States Agency for International Development) e a FAO (Food and Agriculture Organization).

Por influência da Guerra Fria, os Estados Unidos promoveram uma série de ações para conter epidemias de fome no Brasil e em toda América Latina, receando o avanço do Socialismo, que poderia encontrar na revolta daqueles que sofriam as piores

consequências do capitalismo novos adeptos. Além da América Latina, Caribe, África e Ásia também foram beneficiados.

Em 1970, com a diminuição da ajuda internacional, as indústrias alimentícias brasileiras foram estimuladas devido ao fornecimento da merenda escolar. Porém os cardápios eram pobres em nutrientes, uma vez que o principal intuito era o desenvolvimento de um nicho de mercado e não uma alimentação adequada aos estudantes.

Com o advento da Carta Magna de 1988 a alimentação escolar enfim se tornou um direito constitucional e em 1992 o Brasil assinou o Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, no qual estão descritas 16 ações sobre o direito a alimentação.

Como herança deste pacto as escolas obtiveram o EAN – Educação Alimentar e Nutricional, um dos eixos que pretende combater a obesidade e doenças crônicas, como diabetes e pressão alta, que vem crescendo entre as crianças brasileiras.

Outro ponto positivo foi a descentralização do programa das escolas. Anteriormente, os alimentos vinham de muito longe, era difícil o fornecimento de frutas e hortaliças e não havia autonomia nas escolhas, de modo que as especificidades de cada lugar não eram contempladas. Estes fatores prejudicavam não somente os quilombolas, mas todas as escolas da rede pública, tendo em vista que os regionalismos estão presentes na dicotomia local-global.

Desde 2006, os CECANES- Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar, em parceria com instituições Federais de Ensino Superior, promovem projetos de pesquisa e extensão de interesse do PNAE (as universidades que contam com o projeto ainda são poucas em relação à demanda).

Quanto a Agricultura Familiar, que também deve ser contemplada de acordo com o pacto, em junho de 2009 foi promulgada a lei nº 11.947 que determinou o mínimo de 30% do valor repassado pelo PNAE para a compra de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, no intuito de desenvolver a economia local, promover uma alimentação sustentável e respeitar os hábitos alimentares regionais.

Desde 2013 uma resolução regulamentou o “Manual e Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar”, dispensando qualquer tipo de

licitação por parte dos fornecedores. O pleito na participação no programa é feito através de chamada pública.

Neste ponto se encontra o grande problema relacionado às comunidades quilombolas: Para participar da chamada pública o agricultor precisa ter a DAP – declaração de aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), declaração esta que só que só é concedida àqueles que detêm o título de propriedade da terra. Mas a comunidade de Colônia do Paiol não em teve suas terras demarcadas pelo INCRA (o único reconhecimento é o da Fundação Palmares, a qual atesta que aquela é uma comunidade quilombola).

Esta dificuldade não é exclusividade local, no Brasil existem 2.890 comunidades quilombolas segundo a Fundação Palmares, mas somente 258 são reconhecidas pelo INCRA, sendo que há mais de 1500 processos abertos aguardando a regulamentação do órgão, o que demonstra claramente o quão concentradas estão as terras brasileiras. Apesar de pouco noticiada pela grande mídia, a guerra promovida pela disputa territorial não teve fim e permanece fazendo novas vítimas a cada dia, quase sempre entre minorias étnicas.

O fato é que, em se tratando da aquisição da merenda escolar, o PNAE tem pautado as regras de todo o processo, desde a escolha dos alimentos (com a proibição de enlatados, frituras e outros gêneros prejudiciais à saúde) até a escolha dos fornecedores (a qual, como dito, é feita através de chamada pública e escolhe preferencialmente propriedades de agricultura familiar local, a fim de movimentar a economia da região onde a escola está inserida e também poupar custos com transporte e perdas).

Fica evidente que as exigências aos agricultores locais comprometem a alimentação das escolas quilombolas, de maneira que alcance de um padrão de qualidade tem sido prejudicado por questões de burocráticas, prolongando a espera por uma alimentação digna e condizente com os costumes deste povo.

## **O Negro em Minas Gerais**

As deficiências alimentares da Comunidade Negra Rural de Colônia do paiol são intrínsecas a sua formação. Esta nunca foi uma comunidade fechada e sempre contou com o trabalho assalariado nas fazendas vizinhas. Quando a colheita não era boa o

suficiente, os quilombolas sempre ficavam com a pior parte ou até mesmo passavam fome. Até os dias atuais os indicadores permanecem alarmantes nesta e em outras comunidades. O relatório divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social em outubro de 2013 demonstrou o triste panorama da fome que conta com 55,6% dos adultos residentes em comunidades quilombolas sob o risco de inanição e 44,1% das crianças e adolescentes sob a mesma condição.

As razões para tamanhas dificuldades estão nos primórdios da escravidão no Brasil, país que recebe destaque negativo por ter sido o último país a abolir a escravidão da América e ter recebido 40% dos dez milhões de negros escravizados que vieram para as Américas entre os séculos XVI a XIX, trazidos nos navios negreiros em condições desumanas, onde cerca de um terço morria antes de completar a viagem forçada.

Minas Gerais era a caricatura deste Brasil escravocrata, figurava como a maior província de escravos do país. No século XVII o estado já contava com o maior número de alforriados das Américas, situação possível graças a “Febre do ouro”, pois eram tantas pessoas trabalhando nas minas, que o controle dos furtos por parte dos escravos exploradores era quase impossível.

Junto a isso, o atual estado de Minas Gerais sempre possuiu população de maioria não branca, o que provocava grande temor de revoltas por parte dos senhores de escravos e pela Coroa Portuguesa, que por sua vez tinha sérias dificuldades de limitar a entrada de negros nas gerais devido a ser um lugar distante da capital. Segundo Scarano:

A quantidade de gente de cor que habitou as Minas Gerais no decorrer do século XVII é de difícil aferição. Mas, sem dúvida alguma, o grosso da população era formado pelos pretos, principalmente nos primeiros decênios dos Setecentos. Aos olhos da população local, eles apareciam como numerosíssimos e amedrontadores. Fala-se mesmo que havia vinte pretos para cada brancos nas terras mineiras. Esse exagero é provavelmente fruto do grande medo de revoltas e de ataques às vilas, arraiais e roças. Evidentemente, o número de gente de cor variou no decorrer do século. (SCARANO, 1994, p.14)

Muitos escravos também roubavam simplesmente para comprara alimentos, pois as condições nas minas eram das mais precárias. A contínua importação de escravos também se devia a alta mortalidade entre os negros, inclusive por causa da fome.

A base da alimentação eram os frutos da terra americana, como o milho o feijão e a mandioca. Apesar disso, no final do século XVIII muitos senhores alforriavam seus

escravos por não poder alimentá-los. Já nos momentos de maior fartura os senhores forneciam aguardente a seus cativos como forma de prêmio.

No Quilombo de Colônia do Paiol, situação similar também acontecia. A fixação no território foi penosa e era grande a dificuldade na alimentação, o levava os negros a trocarem suas terras por mantimentos e outros itens, fator que contribuiu para a diminuição do tamanho original das terras. Em uma das entrevistas feitas na presente pesquisa, assim contou a moradora Maria José: –“ *Eles trocavam as terras por comida e até pela cachacinha que agente sabe né? A dificuldade era tanta no início que eles tiveram que comer até o burrinho que trouxe eles prá cá*”.

### **Territorialidade e dilemas atuais**

Sabe-se que a Geografia é a ciência do território, sendo este carregado de marcas, físicas, orais e subjetivas. Cabe ao geógrafo ter os poros abertos para sentir tais características intrínsecas a esta categoria de análise, para inicialmente começar a supor, intuir, indagar, conhecer e, por conseguinte apontar possíveis soluções que auxiliem na construção da cidadania.

Não por acaso, a Geografia é essencial para se compreender a pluralidade cultural, possibilitando apontar as rugosidades espaciais e as disparidades que dela emanam. Afinal, no território estão calcadas as referências culturais e simbólicas da população.

Quando se trata de um território considerado étnico, a cidadania torna-se ainda mais amalgama a territorialidade, conforme ponderou Rafael Sanzio Araújo dos Anjos em artigo dedicado ao tema:

O território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das preferências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política, social e econômica territorial. (ANJOS, 2004, pág. 115)

Logo, a contribuição que a Ciência Geográfica pode dar a estes grupos é justamente apontar ferramentas combativas ao sistema dominante, reunindo tais

símbolos do território para que haja o embate e o fortalecimento dos mesmos enquanto resistência cultural, territorial e de identidade, requerendo seus direitos sociais, sua visibilidade enquanto parte do território e da História do Brasil.

Dentro deste dilema se encontram os quilombos brasileiros, os quais, após serem simplesmente ignorados por muito tempo (sendo tratados inclusive nas escolas como “algo do passado” ou da “época da escravidão”), agora vislumbram um reconhecimento tardio, mas enfrentam uma série de dificuldades, a maioria delas causada pela burocracia.

Assim, o presente trabalho foi realizado tendo como base a própria legislação pertinente ao tema, somada ao conhecimento obtido em trabalhos que já se debruçaram sobre a questão quilombola no país. No que tange a legislação, destaca-se o fato de que a Constituição Federal de 1988 assegura que “*aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*”

O problema, já citado anteriormente, é o fato de que tal processo se dá através de diversos órgãos, havendo inúmeros entraves burocráticos. O INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dessas terras. O mesmo estima que em todo o país existam mais de três mil comunidades quilombolas, porém é notória a grande carência de informações sistematizadas, o que dificulta a articulação dentro e fora das comunidades, gerando diversos prejuízos.

Embora o movimento negro tenha grande importância dentro do campesinato brasileiro e das políticas afirmativas de reparação social do país, muitas comunidades não são demarcadas ou não possuem titulação.

Este é o caso da comunidade de mencionada Colônia do Paiol, situada no município de Bias Fortes em Minas Gerais, reconhecida pela Fundação Palmares de Remanescente de Quilombo, mas que ainda não teve suas terras demarcadas, fator que dificulta o acesso do grupo a diversos programas.

Segundo narrado pelos moradores ouvidos em nossa pesquisa, a comunidade é fruto de uma doação feita por José Ribeiro Nunes aos seus nove escravos. Essa narrativa já constava em trabalho de Djalma Antônio da Silva, pesquisador que investigou a vida de quilombolas que saíram da Comunidade Colônia do Paiol para residir na periferia em Juiz de Fora, cidade próxima a Bias Fortes:



Os habitantes da Colônia do Paiol são herdeiros legítimos desses ex-escravos. No testamento, o doador faz questão de dizer : “ a fim de que possam gozar do dito terreno do Paiol como d’elles próprios, senhores e possuidores desfrutando em sua vida e, por morte dos mesmos, passaram aos seus descendentes directos sem que possam vender ou aliena-las por contrato de tempo”. Além de doar as terras em testamento, José Ribeiro Nunes, cita também os limites das terras da Colônia o que possibilita verificar corretamente o tamanho da área doada. (SILVA, 2005)

Documentos mostram que era necessário buscar trabalho nas fazendas próximas, pois as terras não eram suficientes para alimentar a todos. E aqui retomamos ao problema da alimentação. Já naquela época, os moradores sofriam com o desabastecimento e com a dieta pobre em nutrientes, problema este que prevalece até os dias atuais.

Em relação a alimentação das crianças e adolescentes, a merenda escolar ganha especial destaque neste cenário de escassez de recursos (vale ressaltar que a alimentação escolar, especificamente a quilombola, não deve ser vista enquanto assistencialista, mas enquanto direito arduamente conquistado).

A realidade encontrada na Colônia do Paiol no início desta pesquisa (início de 2016) era lamentável: além da precariedade da estrutura da escola (que contava com apenas com três salas - sendo que uma funcionava também como depósito de materiais - um banheiro e uma cozinha inadequados), havia também o descaso com alimentação.

Durante as reuniões realizadas pela associação de moradores da comunidade ficou constatado que a alimentação dada aos alunos era insuficiente, não seguia o cardápio estabelecido, faltava variedade, não havia alimentos de qualidade e eventualmente não havia sequer gás para cozinhar.

A direção não era instalada na escola (não havia diretora presente), o que trazia ainda mais dificuldades, visto que nenhum representante da direção compareceu nas primeiras reuniões comunitárias as quais contaram com a participação de integrantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, juntamente com a Associação de Moradores da Comunidade Negra Rural de Colônia do Paiol e do corpo docente da mesma escola. Este panorama da merenda escolar quilombola revela o descaso a que estão sujeitos os estudantes do quilombo e também os moradores.

### **A escola e a alimentação**

Em reunião com os professores e representantes da associação de moradores, foi possível esclarecer algumas das questões acerca da dificuldade no acesso a uma merenda de qualidade. A reunião ocorreu na escola e o alvoroço na rua em torno da caminhonete que vendia biscoitos e enlatados já denunciava o quão difícil é o acesso a todo tipo de alimento no local.

A comunidade fica a pouco mais de quatro quilômetros do município de Bias Fortes, ao qual pertence, mas as condições da estrada, que não possui calçamento, são precárias, e o transporte público é praticamente quase inexistente, se limitando a um ônibus por dia.

Além do difícil acesso, a comunidade tem vários outros problemas como a falta de saneamento básico e coleta de lixo. A presença do Estado só pode ser vista através da presença da escola, do posto de saúde e de uma quadra poliesportiva.

Na escola havia uma pequena horta com couve, cebolinha e alface. Trava-se de uma iniciativa dos próprios professores, que “pagaram uma moça” e levaram mudas para iniciar a horta. Os alunos, por sua vez, regavam a horta que era utilizada na merenda escolar.

Durante as primeiras reuniões, as questões a respeito da merenda escolar causaram indignação em todos os presentes. Os professores afirmaram que o leite era impróprio e alimentos enlatados, como a salsicha, eram costumeiramente servidos, mesmo isto sendo vetado pelo PNAE. O cardápio era meramente figurativo, pois não era seguido. Segundo os docentes, algumas vezes a merenda se limitava a arroz e chuchu.

Em dado momento da reunião surgia o tema da DAP (Declaração de aptidão ao pronafe) e o delicado assunto da demarcação de terras, pois para fornecer alimentos para a escola os produtores precisam do DAP, documento que exige titulação da terra para sua obtenção. Sem o DAP não é possível participar das chamadas públicas do PNAE e os produtores locais não conseguem obtê-lo.

Neste momento os moradores e professores relembrou as barreiras existentes neste processo. Primeiramente a escola não é registrada como pertencendo a uma comunidade quilombola (escola com consideradas de “educação do campo/quilombola” devem receber 30% a mais para a alimentação escolar). Além disso, a verba atual dos 30% a mais para zona rural é repartida entre todas as escolas de Bias Fortes quando na verdade deveria privilegiar a escola de Colônia do Paiol.

A escola possuía outros problemas como falta de água (até para cozinhar), falta de gás (e por isso às vezes não havia merenda) e a cozinha era inadequada. Segundo uma professora, eles buscaram cursos de capacitação em cozinha pelo sistema SESI, para a comunidade e as merendeiras, mas não foi possível receber os instrutores na escola por não haver cozinha azulejada. Além disso, o prédio só contava com um banheiro sem pia.

Muitas também foram soluções apontadas, demonstrando que a comunidade carece e tem vontade de muitas melhorias e possui também muitas idéias, mas não encontra apoio junto ao poder público.

A professora Rosemar, no que diz respeito à alimentação, sugeriu que se produzisse uma horta comunitária, feita pela associação e voltada para escola.

Outras tantas idéias surgiram em assuntos que não dizem respeito a alimentação, mas que merecem ser citados para contextualizarmos o cenário na comunidade : Muitos falaram da necessária valorização da cultura quilombola na escola. O Sr. Vanderli, tesoureiro da associação, disse que gostaria que houvesse um projeto de esportes na escola. A professora Valdirene acrescentou que deveria ter aula de música já que na comunidade tanta gente toca instrumentos. Ela lembrou a necessidade de se resgatar a sanfona. A professora Conceição finalizou assinalando a capoeira com algo também fundamental. Os demais professores por sua vez listaram possíveis ações que vão de encontro à questão: oficinas de turbantes, de dança, de receitas, palestras de conscientização sobre as leis relativas aos quilombolas. Zezé, uma das representantes mais ativas, citou a planta ora-pro-nóbis, muito cultivada na comunidade, como ideal para se produzir algumas receitas nas futuras oficinas.

Surgiu então, uma proposta coletiva de promover cursos, festas, apresentações de teatro, dança, ações que promovam a escola aos olhos da comunidade. Neste momento uma moradora deu um depoimento emocionado sobre uma apresentação de teatro feita por meninas da comunidade \_ *“Nós só orientamos, a meninas fizeram tudo sozinhas. Elas mostraram o que se passa mesmo (discriminação) e isso acompanha a pessoa no seu desenvolver. E quando eles têm a chance de desabafar, você vê isso”*. Nivalda complementa\_ *“Os jovens precisam ser ouvidos, tem que ter liberdade de falar, mesmo que doa. Eles têm que ter oportunidade e incentivo. O preconceito machuca, palavras doem mais que um tapa, mas agente deixa isso pra lá. Isso acontece muito aqui na comunidade.”*

Por fim a discussão chegou a tocar no currículo seguido. A professora Rosemar afirma que são muitos entraves devido as avaliações externas, e que, portanto ela acredita em ações de reformulação,mas que sejam “ocultas”,ou correm o risco de não serem admitidas, ou seja, além da falta de apoio a que se enfrentar também as especulações e a bula governamental sobre as práticas escolares.

## **O PNAE em Colônia**

O programa Nacional de Alimentação Escolar possui valores per capita diferenciados para cada tipo de unidade escolar, sendo o maior valor (R\$ 1,00) destinado às creches e ao ensino integral, devido ao maior tempo de permanência, e em seguida vêm escolas indígenas e quilombolas, que recebem R\$ 0,60.

Além disso, deve-se priorizar a aquisição de produtos agrícolas da própria comunidade que reflitam os costumes alimentares de cada povo. Mas o que se tem verificado é justamente o contrário: em muitas comunidades predominam alimentos semi-prontos e embutidos, perdurando assim a insegurança alimentar desses estudantes, que já possuem um quadro de deficiência nutricional.

Os desafios são múltiplos, envolvem superar as barreiras do difícil acesso, da má gestão, da burocracia e muitas vezes a delicada questão da terra. Essas questões devem

ser encaradas em diferentes frentes, já que se trata de uma população que sofre com a extrema pobreza, altos índices de analfabetismo funcional, falta de serviços básicos e problemas relacionados à subnutrição.

Portanto a solução é inter-setorial, sendo a questão agrária o centro da discussão. Afinal a falta da demarcação das terras dificulta muito a vida dos quilombolas da Colônia do Paiol. Como já mencionado, os moradores não podem fornecer nenhum tipo de gênero alimentício ao grupo escolar, mesmo tendo em seus quintais grande variedade de frutas, hortaliças e mesmo raízes como a mandioca. Tais alimentos não podem ser ofertados por que seus produtores não possuem a citada DAF - Declaração de Aptidão ao Pronaf, que só é concedida àqueles que detêm o título da terra.

A escola da comunidade tem o direito de receber a quantia diferenciada por ser reconhecida como escola quilombola,, o que não acontece. Segundo as próprias professoras, tal repasse é dividido igualmente entre as demais escolas da rede que não deveriam ser contempladas pelo acréscimo.

### **Segurança alimentar na comunidade quilombola**

Em uma das visitas à comunidade, nos deparamos com uma caminhonete parada próxima a igreja. Muitas pessoas cercavam o veículo que comportava na carroceria diversos tipos de alimentos industrializados – biscoito, macarrão, enlatados, etc. Ficou evidente a dificuldade de acesso a estes comestíveis, devido ao alvoroço provocado.

Enquanto isso, Dona Nivalda, representante da associação de moradores, preparou nosso almoço no fogão de lenha, prática comum no lugar, onde muitas casas não dispõem de fogão à gás.

Conversamos um pouco e nossa anfitriã explicou que um de seus netos, quando morava na cidade não, comia bem: \_ “*Só comia miojo. Aqui criança come de tudo: Abobora madura, tomate, couve... não tem essa não!*”. Maria Eduarda, também sua neta, aparece comendo tangerina, ela diz que é assim o dia todo.

Para Dona Nivalda café da manhã bom era aquele que ela tomava quando era criança: mandioca com café. Segundo ela, itens como biscoito, por exemplo, “*não dá sangue*”. Em tudo ela demonstrar vantagens em morar ali, pois, em suas palavras, a alface é mais escura, a banana não tem remédio, tudo é mais gostoso.

Ela diz que sempre recebe os visitantes com um cardápio simples e saudável - “*Aqui eu faço uma bertalha, uma mamão refogado, e eles nem adivinham que é mamão. Pra que eu vou fazer maionese? Isso eles comem fora*”

Sobre as dificuldades da comunidade Nivalda nos conta “*Às vezes eu fico sem graça de dar alguma coisa (de comer) meu neto, porque aqui sempre tem criança, mas vem aqui eu dou. Tem mãe que não gosta, tem medo de macumba. Mas tem uma mulher aqui que bebe muito, aí dinheiro eu não dou, mas comida eu dou.*”

Este relato reforça o que se vê ao caminhar pela comunidade: as crianças vivem soltas e todos ajudam a criar, há um elo de solidariedade forte, embora também haja conflitos. Também sobressai a contrariedade dos mais velhos quanto a alimentação das crianças, que inclui guloseimas. O álcool também preocupa por ser uma das principais formas de lazer dos jovens.

Apesar do esforço da associação de moradores para valorizar a cultura quilombola, promovendo palestras, peças de teatro e oficinas, a influência exterior é clara. Os mais jovens preferem ouvir funk e hip-hop. Maria Eduarda, por exemplo, apesar de fazer aula de maculelê na escola (projeto Mais Educação) gosta de dançar funk e quer fazer piastra nos cacheados.

O tempo todo se vê crianças comendo o famigerado salgadinho de milho, ao passo que muitas casas possuem bananeiras, laranjeiras, cana e muitas hortaliças que crescem mesmo sem terem sido cultivadas. É o caso da ora-pro-nóbis, planta que figura entre relatos dos mais antigos do lugar, tanto como cerca viva, inclusive para proteger a igreja, quanto como alimento. Atualmente, com o interesse da própria associação de moradores de se desenvolver o turismo, se recriou o prato típico da comunidade – frango com ora-pro-nóbis.

Mas muitos moradores sequer conhecem a hortaliça e seus benefícios, tais como a grande quantidade de proteína. Por tal qualidade, ficou até conhecida no passado como “carne dos pobres”. A nova diretoria da escola sugeriu de que no próximo dia da família (festividade escolar com múltiplas atividades) se cozinhe o frango junto da hortaliça pra reforçar a segurança alimentar e celebrar a cultura dos quilombolas.

Segundo Maria José, professora e representante da associação de moradores, ela cozinhou o prato pra alguns visitantes – *“Eles nem comeram o frango, só queriam o caldo da ora-pro-nóbis”*. Ela contou que a visita do Padre Djalma, importante personagem na formação da associação, a deixou preocupada sobre o que servir, mas ele a surpreendeu - *“Ele pediu bertalha com angu, disse que comeu isso na África”*. Conhecida como Zezé, ela ainda mostrou um pilão e uma peneira de palha em uma de suas falas nas reuniões da escola – *“Esse pilão minha mãe fez de um coqueiro que caiu a muito tempo lá em casa, a peneira é da Carminha, agente usava muito essas coisas, mas agora compra café pronto mesmo”*.

Através dessa fala é possível notar certo saudosismo. De fato ocorreram muitas mudanças na comunidade, mas a memória prevalece, e ao contrário do que predomina no senso comum (de que quilombola é coisa do passado), tem havido um resgate dessa identidade, ainda que não no ritmo desejado.

## **Discussão (resultados)**

Após um ano desde que as primeiras visitas a campo foram feitas, em novas visitas realizadas em 2017 constatamos que algumas melhorias de fato ocorreram (muitas provavelmente em decorrência da última eleição municipal): houve a construção de uma biblioteca; a colocação de grade nas áreas elevadas de um corredor que oferecia riscos aos alunos; o refeitório permanece aberto, mas agora possui um toldo elevado; ainda não há bebedouros, mas a escola já conta com filtros de água; mais dois banheiros foram adicionados e a cozinha, enfim, está adequada as condições de higiene necessárias.

Muitas mudanças também ocorreram na gestão escolar: a instituição de ensino, que não tinha diretora (a escola era dirigida a distância a partir da sede do município), agora conta com a professora Valdirene no cargo de coordenadora. Ela que já trabalhava há muitos anos na instituição. A novidade, segundo os funcionários, foi positiva - *“Agora é tudo arrumado, melhorou muito pra nós, rebaixou a cozinha, agora é tudo organizadinho, com a coordenadora melhorou muito”* (Lúcia – Merendeira).

Valdirene também havia dado muitas idéias nas primeiras reuniões nas quais foram colhidos os primeiros relatos. Algumas dessas idéias já foram colocadas em prática. A mais relevante delas, o dia da família, ocorreu com louvor, e ao que parece vai se repetir. Trata-se de um dia que envolve a comunidade na escola e trata de temas como racismo, alimentação e tantos outros de maneira lúdica e participativa. Neste ponto a Universidade Federal de Juiz de Fora pode contribuir com a participação de seus professores.

Quanto à merenda escolar, houve algumas mudanças positivas. Além da cozinha azulejada e rebaixada, agora há maior variedade de legumes e frutas: *“Tem vitamina com biscoito, que eles adoram, tem até três qualidades de alimentos por dia. Agente faz almôndega, outro dia teve macarrone, eles gostaram muito. Tem que melhorar né? Porque assim eles comem bem e não faltam a escola”*.

A coordenadora ainda me confirmou o que parece ser assunto recorrente na comunidade – as verduras e os legumes consumidos na escola serão em breve fornecidos pela filha de dona Nivalda, ou seja, o alimento virá de produtores locais.

Conversando com a própria dona Nivalda, pude saber mais a respeito. Ela contou que a filha reside entre o quilombo e a cidade de Bias Fortes e que em sua pequena propriedade há grande variedade de legumes e verduras, sem agrotóxicos.

Infelizmente, os moradores de dentro do quilombo ainda não podem estabelecer a mesma parceria que a filha de dona Nilvalda tem com o grupo escolar local, pois não possuem o título da terra e conseqüentemente não tem acesso a DAP.

Mas o incentivo aos produtores locais, ainda que não residam dentro do quilombo, não deixa de ser uma ótima notícia, porque os alimentos são voltados para as



particularidades alimentares da região e o fornecimento próximo do plantio favorece o consumo de verduras frescas e livres de agrotóxicos. Além de fomentar a economia local que é uma das grandes causas do êxodo dos quilombolas, o que nos leva a um problema central: A falta de horizonte, que ainda é uma triste realidade em Colônia do Paiol.

O poder público pouco investe para que esta situação se reverta. As reformas feitas na escola se concretizaram somente próximo as eleições municipais. A merenda, apesar das melhorias, ainda enfrenta graves dificuldades, como a substituição da refeição completa por lanches em alguns dias da semana. Além disso, ocorrem muitos furtos o que dificulta o abastecimento - *“O problema aqui é o roubo. De botija de gás, de carne. Então eu guardei a geladeira lá dentro (na Biblioteca que é mais fechada)”* – disse Valdirene .

Outra perda se deu pelo fim da horta nos fundos da escola, segundo a coordenadora *“por ignorância do vizinho”* que cedia o terreno e o pediu de volta. Portanto as lacunas são muitas: falta formação continuada aos professores (que somente a poucos meses começaram um curso sobre educação quilombola), bonificação de difícil acesso, verba de acordo com o enquadramento da escola enquanto pertencente a comunidade quilombolas, entre muitos outros aspectos fundamentais.

Mas, como dito em várias reuniões, uma luta puxa a outra, o importante é não parar de lutar, como bem nos aponta Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, sobre as estratégias de conformação usadas pelo opressor para se manter no poder: *“Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas), tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder.”* (FREIRE, 2011, p.144).

## Considerações finais

O presente trabalho buscou investigar a falta de enquadramento da escola como pertencente a comunidade remanescente de quilombo, a ausência da prática específica do PNAE a este grupo, a dificuldade no fornecimento dos alimentos e as peculiaridades alimentares destes estudantes. Como resultado do debate, gerou-se o conhecimento e discussão do problema, conduzindo a possíveis soluções para as questões alimentares nas escolas dessa comunidade.

Dentro dessa busca, é possível se espelhar em experiências positivas do PNAE em comunidades quilombolas e em estratégias anteriores de universidades que traçaram planos de apoio a esses grupos, além de suscitar a discussão acerca dos direitos quilombolas e o acesso aos mesmos. A intenção desta pesquisa foi justamente suscitar a inconformidade, o que gerou a busca pelo direito a alimentação escolar adequada as especificidades da população e conseqüentemente aflorou a discussão sadia sobre a segurança alimentar em geral e a preocupação em preservar espécies nativas, como a ora pro nobis, tradicionalmente utilizada em receitas tradicionais da comunidade.

## Referências Bibliográficas

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. *Territórios Étnicos: O Espaço dos Quilombolas no Brasil*. In: SANTOS, Renato Emerson. *Diversidade, Espaço e Relações Étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil*, Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pág. 115-136

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, D.G.; CASTRO, V.M. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável*, Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Artigo\_Ecoeco\_ID\_130%20(2).pdf> Acesso em 2 de maio de 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 42ª edição, Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005

Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>> Acesso em: 4 de maio de 2016

Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em: 4 de maio de 2016

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul*, Revista Desenvolvimento em Contexto, Cruz Alta: UNICRUZ, 2013

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. *A Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. Ambiente & Sociedade, Campinas, SP, ano V, n. 10, p. 1-6, set. 2002

SILVA, Djalma A. *O Passeio dos Quilombolas e a Formação do Quilombo Urbano*. Março 2005. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SOUSA, Lucilene Maria de. et al. *Alimentação Escolar nas Comunidades Quilombolas: Desafios e Potencialidades*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/11.pdf>>



>. Acesso em: 10 de maio de 2016